

# Governo deverá manter anuidade sob vigilância

- 4 FEV 1988

Educação

CORREIO BRAZILENSE

A liberdade vigiada deverá ser a fórmula anunciada pelo governo, para os reajustes das mensalidades das 35 mil escolas da rede privada. A decisão ainda não foi tomada oficialmente, mas os entendimentos ocorridos até agora entre técnicos dos Ministérios da Fazenda e Educação apontam uma tendência favorável a esse critério.

Ontem, os técnicos dos dois Ministérios voltaram a se reunir para discutir o assunto. Segundo uma fonte do MEC, a liberação total para os reajustes das mensalidades está praticamente descartada. A determinação para que os conselhos estaduais de Educação continuem responsáveis pela fixação dos índices, apesar de não estar descartada, tem menores possibilidades de ser aprovada, de acordo com a mesma fonte.

No caso da liberdade vigiada, caberá aos conselhos de Educação, a responsabilidade pela fiscalização de possíveis abusos. Os conselhos seriam uma instância recursal nos Estados. Os técnicos estão discutindo ainda a definição de critérios e parâmetros que permitam classificar os aumentos abusivos.

A possibilidade de o governo não fixar uma margem de lucro para as escolas foi levantada nas reuniões, pela diferenciação na qualidade dos vários estabelecimentos. A possibilidade das mensalidades serem indexadas pela URP também foi colocada, mas até ontem não ha-

via uma definição exata sobre esses dois pontos. Pelo Ministério da Fazenda está negociando o chefe da assessoria econômica daquela pasta, Cláudio Adilson Gonzales. Pelo MEC, participa dos entendimentos o secretário-geral-adjunto, Hélio Matos. Os dois esperam definir tecnicamente a questão entre hoje e amanhã, para que os ministros anunciem a decisão do governo.

## FALTA PROFESSORES

"Das 6.480 escolas estaduais existentes no Estados de Minas, metade não tem condições de iniciar o ano letivo por falta de professores". A declaração é do diretor da Ute-União dos Trabalhadores de Ensino — Luiz Fernando Carcerone.

Segundo Carcerone, existem hoje, no Estado, cerca de 1.200 escolas rurais que têm apenas uma professora para fazer todo o trabalho, desde ensinar as crianças até a faxina da escola. Metade destas professoras são contratadas e, portanto, foram demitidas através de recente decreto do governador Newton Cardoso.

Para o chefe da assessoria de comunicação da Secretaria de Educação, Regináuro Silva, o Estado não fez nenhuma demissão, o que está havendo é uma interpretação errada do Decreto 278026, que não renovou o contrato de 114 mil professores, como era feito todo o início do ano letivo.